

Comunicação e desenvolvimento

María Angélica Carlosena*

TRILOGIA em comunicação e desenvolvimento: novos lançamentos da área de comunicação e desenvolvimento da Universidad Nacional de Río Cuarto. 2004.

Três novos lançamentos na área de *Comunicação e Desenvolvimento* foram recentemente publicados por docentes-pesquisadores da especialidade de comunicação e desenvolvimento da Universidad Nacional de Río Cuarto, Argentina. As obras, independentes entre si, têm como ponto de convergência a abordagem de diversos temas ligados a esses dois pujantes conceitos: a comunicação e o desenvolvimento. Os livros que participam deste empreendimento são:

1. CIMADEVILLA, Gustavo. *Dominios. Crítica a la razón intervencionista, la comunicación y el desarrollo sustentable*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

Este livro é o resultado da tese de doutorado de Cimadevilla, com a qual ganhou o primeiro lugar da 4ª Convocatória Latino-Americana, lançada pela FELAFACS (Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social) para premiar trabalhos nas categorias de licenciatura, mestrado e doutorado, no período de 2000 a 2003. O livro postula que, no final dos anos 80 e durante os anos 90, a problemática ambiental ocupou a atenção de inúmeros organismos, entidades e atores que estudaram, refletiram e, em muitos casos, sugeriram – a partir de um conjunto de diagnósticos – uma série de propostas que tendiam a modificar os modos vigentes de interação e exploração do meio ambiente.

No âmbito das agências e instituições responsáveis por traçar e executar projetos de “desenvolvimento” e do mercado profissional

* Docente e pesquisadora da Universidad Nacional de Río Cuarto. Faculdade de Ciências Humanas. Departamento de Ciências da Comunicação.

gerado em torno a estes, essas propostas vieram acompanhadas do conceito de “sustentabilidade”, que se impôs de maneira generalizada como síntese de um novo paradigma. Porém, ao mesmo tempo em que ao falar de “desenvolvimento”, o “sustentável” aparecia como um qualificativo obrigatório, as ações que pretendiam operacionalizá-lo não alcançavam maiores resultados. Dizia-se que o problema era comunicacional, que a chave e o desafio estavam na comunicação, enquanto isso, a ação se distanciava do discurso e certas ambigüidades marcavam os cenários de intervenção.

Cimadevilla afirma que *Dominios* se propõe a fazer uma análise profunda das razões que explicam essa ambigüidade. Nesse sentido, a problemática comunicacional da “sustentabilidade” é enfocada a partir das limitações e dos condicionamentos enfrentados pelo novo paradigma, articulados ao próprio conceito de desenvolvimento que o formula, à racionalidade instrumental dominante com a qual deve coexistir e ser operacionalizada e às tensões de legitimação as quais se expõem os agentes de intervenção e as próprias propostas.

2. CIMADEVILLA, Gustavo; CARNIGLIA, Edgardo. *Comunicación, ruralidad y desarrollo: mitos, paradigmas y dispositivos del cambio.* Buenos Aires: INTA, 2004.

Este livro foi pensado como um espaço múltiplo para refletir a respeito de um fenômeno sobre o qual existe pouca bibliografia produzida no espaço intelectual latino-americano: a comunicação no meio rural. Nele é possível encontrar uma diversidade de vozes que aludem a diferentes arestas da problemática em questão a partir da perspectiva de especialistas de países do Mercosul e instituições afins. A edição –dirigida especialmente para estudiosos, comunicadores da área rural e interessados na problemática do desenvolvimento – tem o propósito de apresentar e discutir enfoques, teorias e problemas, tradicionalmente identificados na relação comunicação-mudança social, particularmente ligadas à temáticas de desenvolvimento rural.

Os diferentes artigos foram compilados em torno a três temas centrais que indicam a amplitude do campo de referência. Indagar sobre os mitos, os paradigmas e os dispositivos da mudança supõe propor uma reflexão sobre as temáticas e problemáticas da

comunicação rural para reconhecer fenômenos que se reiteram, mas também para identificar novos traços dos mesmos fenômenos, ou simplesmente, novas realidades.

Comunicación, ruralidad y desarrollo: mitos, paradigmas y dispositivos del cambio é uma proposta editorial que pretende consolidar o espaço do pensamento e da ação de todos aqueles que, cotidianamente, se deparam com os dilemas da comunicação rural e com os problemas da mudança social no âmbito acadêmico e profissional.

O texto oferece trabalhos de Marcelo Bosch, María Rosa Carbonari, Gabriel Kaplún, Roxana Cabello, Gustavo Aprea, Gustavo Cimadevilla, Edgardo Carniglia, Sandra Massoni, Mabel Grillo, Ariadna Cantú, Fernando Sánchez de Puerta, Juan Díaz Bordenave, Erick Torrico e Ricardo Thornton. Além disso, a edição apresenta prólogos de Angelo Brás Fernandes Callou e Maria Salett Tauk Santos, Silvina Berti e Adriana Rizzo e Ada Cristina Machado da Silveira, respectivamente.

3. CIMADEVILLA, Gustavo (org.). *Comunicación, tecnología y desarrollo*: debates actuales. Río Cuarto: UNRC, 2004.

Finalmente, o terceiro livro intitula-se *Comunicación, tecnología y desarrollo*: debates actuales. Trata-se de uma compilação organizada por Gustavo Cimadevilla como estratégia de divulgação dos trabalhos apresentados e discutidos no GT Comunicação, Tecnologia e Desenvolvimento, atuante na Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC).

A obra reúne os principais trabalhos apresentados nos congressos da ALAIC no ano de 2002, na cidade de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) e em 2004, em La Plata, Argentina. Entre os autores estão: Jesús Galindo Cáceres, Paula Lenguita, Eduardo Vizer, Roxana Cabello, Ramón Monteiro, Gustavo Cimadevilla, Gislene Silva, Edgardo Carniglia, María Isabel Neuman de Segá, Elisa Lubeck, Ada Cristina Machado da Silveira, Francisco Sierra Caballero, Angelo Brás Fernandes Callou, Maria Salett Tauk Santos, Conceição Maria Dias de Lima, Fernando Korstanje, Magdalena Ponce, Soledad Marcos, Susana Roitman, Carina Petry, Pedro de Hegedus, Hugo Vela e Luciana Miranda Costa.

Os textos, em seu conjunto, convidam para uma leitura profunda dos diversos tópicos que caracterizam a convergência dos conceitos de comunicação e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que permitem percorrer um campo repleto de olhares agudos e heterogêneos.

Imprensa e espaço público

Ana Regina Barros Rego Leal*

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil 1808 –1964*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. 382 p.

A responsabilidade de resenhar um livro como *Imprensa e espaço público*, de longo recorte temporal e complexa contextualização teórica, não pode fugir a uma conduta de certo modo injusta, pois enseja reduzir a densidade e extensão de uma obra em poucas páginas comentadas. Lançado pela *E-papers*, na verdade, *Imprensa e espaço público* é a versão atualizada da tese de doutoramento, em Ciências Sociais, de Lavina Madeira Ribeiro, realizada na Universidade Estadual de Campinas, em 1998.

Na introdução, a autora apresenta os pressupostos e as influências teóricas que norteiam as suas pesquisas e que se diluem ao longo do livro, assim como, o tema: institucionalização do jornalismo no Brasil, a partir de incursões em momentos históricos de reconhecida importância na processualidade do relacionamento entre comunicação e demais áreas do conhecimento. Lavina fornece pistas claras e contundentes do agradável “passeio” que o leitor fará ao se arriscar ao longo das 382 páginas da publicação. No entanto, deixa claro que os recortes históricos e as análises relativas à imprensa são precedidas e acompanhadas de rigor metodológico e contextualização teórica, embasada, sobretudo, no modelo habermasiano de esfera pública.

Em termos estruturais, a obra integra cinco recortes temáticos intrinsecamente relacionados e diacronicamente encadeados entre si, apresentando rico e completo panorama do referido processo de institucionalização da imprensa no país. O primeiro deles, *A imaginação de uma esfera pública*, traça uma incursão nos processos históricos que antecedem o surgimento da imprensa no Brasil, para depois se dedicar ao *Correio Braziliense* e a Hipólito José

* Mestra em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

da Costa, como referenciais na constituição de uma esfera pública nacional. Nesse ponto, a análise embasa-se na teoria da modernidade e do espaço público de Habermas.

Segundo Ribeiro (p. 20), "o *Correio Braziliense* imaginou e delimitou regras de funcionamento e parâmetros de reflexividade públicos, numa forte incorporação de elementos da esfera dos conhecimentos filosóficos, políticos, artísticos e científicos em ebulição na Europa". Vai além, afirmando que Hipólito da Costa fixou um conjunto de atributos que, certamente, influenciaram as manifestações jornalísticas nos movimentos pró-independência. Contudo, há que se ressaltar que das considerações da autora, não escapam as problemáticas da opinião pública e do conceito de liberdade de imprensa, uma vez que se detém em meticulosa apresentação da historiografia brasileira e de suas controversas opiniões acerca de Hipólito da Costa.

No segundo momento, a autora trata o ambíguo relacionamento entre a imprensa do século XIX e o Parlamento, relacionamento este, marcado por nítida confusão de fronteiras. O ciclo de manutenção do poder é descrito. Seus componentes procuram se auto-referenciar em todos os palcos de reflexividade do que se convencionou chamar de discursividade pública, quais sejam: o Parlamento e a imprensa, legitimando o ciclo do poder, composto pela tradicionalidade familiar, formação acadêmica, com predominância do Direito, Poder constituído e imprensa. Ruy Barbosa surge, nesse contexto, como um dos últimos exemplos desse modelo.

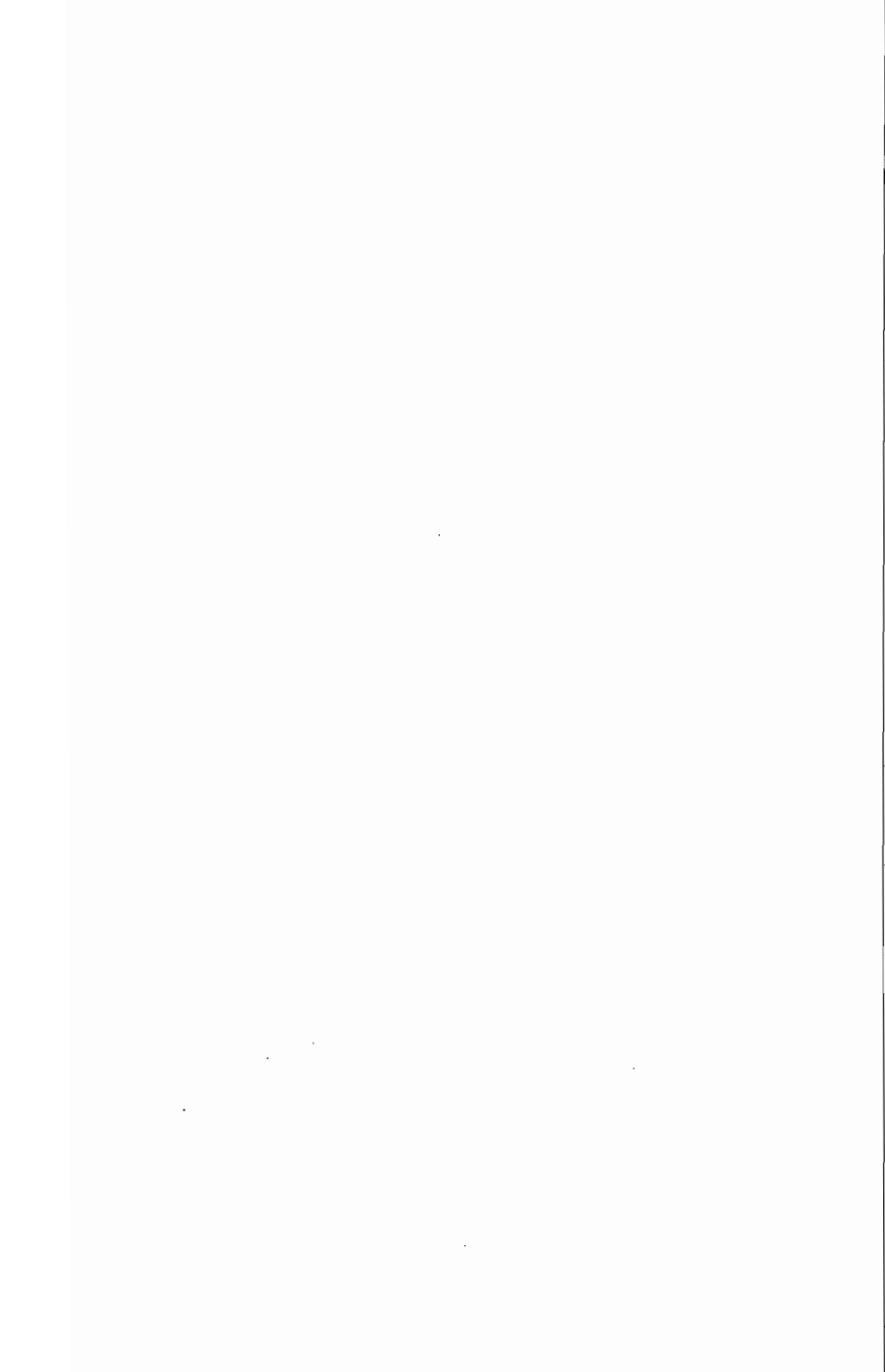
Em *Imprensa e esfera pública fins em si mesmas*, Lavina apresenta complexo momento de análise, a partir da categoria habermasiana de espaço público, mas também uma análise do próprio pensamento de Habermas, no que concerne à aplicabilidade do conceito de esfera pública nas sociedades contemporâneas. No mesmo capítulo, trata das novas configurações institucionais da imprensa no Brasil, e, apresenta então o *Jornal do Comércio*, como um dos primeiros a procurar legitimar o espaço próprio da atuação pública do jornalismo desvinculado de interferência política mais contundente. Segue o "passeio" com *A Gazeta do Rio de Janeiro*, *O País*, o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Brasil*, este um dos primeiros a receber notícias de agências internacionais, como a Havas, e a manter correspondentes em outros países. Lavina destaca que o

processo evolutivo visível na trajetória desses veículos deixa transparecer a separação dos gêneros opinativo e informativo, o que se traduz em mudança qualitativa e fundamental no jornalismo brasileiro.

O quarto recorte temático, *Imprensa e literatura*, é com certeza um dos mais atraentes do texto. A autora aborda, então, de forma perspicaz, a íntima relação entre arte literária e prática jornalística, no século XIX e início do século XX. Deparamo-nos, então, com Artur Azevedo, Olavo Bilac e João do Rio, dentre outros. João do Rio, situado e analisado sob a ótica do pensamento de Habermas e Giddens. Lavina analisa, ainda, a atuação de Lima Barreto na imprensa, como referente e, em contraponto e complemento à prática de João do Rio. A conclusão do capítulo ocupa-se das considerações em cima do afastamento entre as duas áreas, conseqüência de diversos fatos, como a profissionalização do jornalismo, o “industrialismo” da imprensa, a valorização da informação em detrimento da opinião, a organização da categoria profissional dos jornalistas, dentre outras causas.

O último capítulo rememora o percurso do jornalismo no século XX, com a tecnologia radiofônica, o Departamento de Imprensa e Propaganda, o Estado Novo, a influência do rádio e de seus produtos, bem como, analisa a dinâmica das instituições culturais da época. Para Lavina, os padrões discursivos do rádio brasileiro têm raízes em práticas culturais populares, na literatura, no teatro e na música popular, o que o conduz, num processo de “fortes ambições identitárias”, e, num contexto de nacionalismo ufanista, à formação de grandes públicos e, portanto, a elevado patamar na influência e no comportamento da esfera pública consolidada.

Ao final, *Imprensa e espaço público* apresenta as mudanças qualitativas provocadas pelo “industrialismo” emergente, ressaltando a necessária evolução do jornalismo, a partir da dicotomia e dos referentes éticos dos procedimentos discursivos surgidos com a separação definitiva do jornalismo de opinião da informação, que se destaca como a principal componente da matéria-prima do jornalismo, a partir de então. Assim, o livro em pauta beneficia todos os jornalistas, pesquisadores e estudantes que se interessam pelos atuais caminhos da comunicação no Brasil, ao fornecer subsídios essenciais ao entendimento de sua consolidação.



Basta de casos encerrados

Laerte Magalhães*

CARVALHO, Joaquim de. *Basta!* São Paulo: A Girafa, 2004. 231 p.

A morte de Paulo César Farias e Suzana Marcolino, na madrugada de 23 de junho de 1996, na residência de praia de PC, em Guaxuma, Alagoas, tem produzido no seu entorno uma série de outras histórias constituindo-se num tecido de dúvidas e mistérios. Essas histórias têm alimentado a curiosidade de todos que acompanharam pela mídia a cobertura do fato. Agora, Joaquim de Carvalho, o jornalista que cobriu o caso para a revista *Veja*, publica um livro em que, a exemplo da própria revista que à época tentou encerrar a discussão com base no laudo pericial de Badan Palhares, tenta botar um ponto final no assunto: *Basta!* Este é o título do livro de 231 páginas, publicado pela editora A Girafa, na segunda metade de 2004.

Ainda na capa da publicação, Carvalho denuncia “sensacionalismo e farsa na cobertura jornalística do assassinato de PC Farias”.

Este é um assunto pelo qual tenho particular interesse: a minha dissertação de mestrado foi justamente uma análise semiológica dos discursos de capa das revistas *Veja* e *IstoÉ* na cobertura do referido acontecimento, com a ressalva de que o texto da dissertação foi publicado em livro pela Editora da Universidade Federal do Piauí (EDUFPI) no início de 2004. E um dos pontos de maior destaque é, nos parece, o motivo que levou o autor a transformar em livro o seu testemunho: em contraponto à tese de duplo homicídio, defendida pela revista *IstoÉ*, que disputa mercado com a *Veja*, defender a tese de homicídio seguido de suicídio, tese esta que tem sua confirmação no laudo do perito criminal, médico legista e professor da Universidade Estadual de Campinas, Badan Palhares. A revista *IstoÉ* também tinha o aval de um perito, o médico e professor da Universidade Federal de Alagoas, George Sanguinetti. Portanto, trata-

* Doutor em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Federal do Piauí.

se da extensão das disputas de sentido que se travaram na época pelos dois suportes midiáticos. É de se supor que se apresente nesta arena, também em livro, a versão dos jornalistas que trabalharam para a revista *Istoé* e que sustentam versão contrária.

O texto de Carvalho revela o trabalho minucioso de pesquisa através de dados colhidos em processos, depoimentos de testemunhas, datas e relatos de outros casos policiais. Prende-nos à leitura um texto bem escrito, mistura de narrativa jornalística, romance policial e relatórios de perícia de processos criminais. O trecho que cito a seguir é um exemplar do modo narrativo a que me refiro:

Já passava das nove da noite quando os caixões com Suzana e PC baixaram pela segunda vez à sepultura. Ao longe, ouvia-se o barulho de grilos. Estava escuro. Os médicos e policiais que acompanharam o enterro não disseram uma única palavra. Um homem que calçava chinelos de dedo e vestia bermuda e camisa azul fechava as sepulturas. Além dos grilos, o que se escutava era o som da pá com cimento raspando os túmulos. Ali, ninguém poderia imaginar que o descanso dos mortos ainda estava longe de começar (Carvalho, 2004, p.117).

O autor, a pretexto de descrever a cena em que os corpos eram novamente sepultados, constrói um texto onde claramente se coloca não apenas como escritor, mas, principalmente, como testemunha ocular da cena. Alguém que é capaz, por exemplo, de dar notícia dos ruídos de grilos e da pá com cimento raspando os túmulos, da cor azul da roupa do homem que fechava as sepulturas e, principalmente, da sensação angustiante de, finalmente, dar descanso aos mortos. Num texto jornalístico, tais detalhes são dispensáveis. No entanto, no caso de *Basta!*, além de reforçar a linguagem literária do texto, dá credibilidade pela representação da presença e da idéia de testemunho inquestionável. Claro, o autor, desde o princípio, parece querer desqualificar qualquer argumento contrário à tese que defende e um dos modos de fazer isto é fortalecendo a veracidade daquilo que referencia. O testemunho é, sem dúvida uma estratégia bastante forte neste sentido.

Aliás, embora o texto seja narrado predominantemente em discurso indireto livre, há uso recorrente do discurso direto, criando dramaticidade e reforçando o estilo romanceado:

Suzana já estava com o talão de cheques na mão, para comprar o revólver de cano curto, quando o vendedor pediu CPF, identidade, título de leitor e comprovante de residência.

— *Para que tudo isto?*

— *É para conseguir o registro na Secretaria de Segurança Pública.*

— *E demora?*

— *Quinze dias, mas a arma vai ficar aqui reservada pra senhora.*

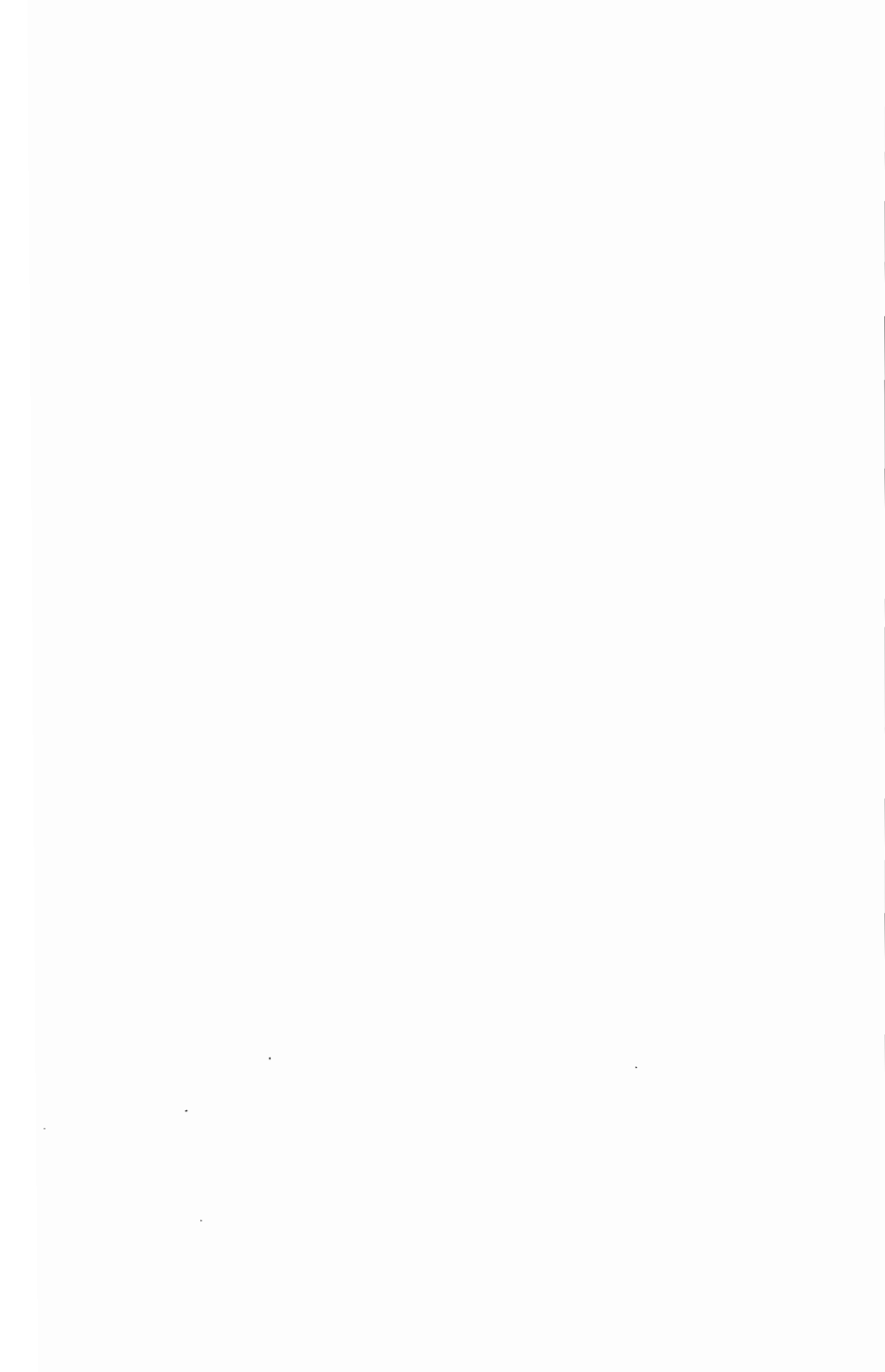
— *Não quero, preciso para hoje.*

Por volta de duas da tarde, estavam de volta na loja de autopeças [...] (Carvalho, 2004, p.172).

Penso que a necessidade de dar ao texto uma linguagem literária se contrapõe à vontade de produzir um documento de prova. O uso de diálogos, discurso direto, para narrar situações em que, evidentemente, o autor não esteve presente, dá uma falsa idéia de onipresença, o que fragiliza o argumento de verossimilhança.

Assim, muitos outros diálogos são utilizados, representando cenas em que certamente o autor colheu da narrativa de outras pessoas. Ganha o texto em atrativo de leitura e dinamicidade, mas perde a defesa da tese de possibilidade única. Sabemos que seria impossível, mesmo com toda a investigação demonstrada no decorrer do texto, colher o depoimento de todas as pessoas que presenciaram cada cena, o que pode colocar a possibilidade de alguma destas pessoas ter outra versão ou outro texto para os diálogos.

E como é próprio da mídia apresentar versões controversas para alimentar a curiosidade do leitor/receptor, imagino se não seria interessante que a versão sustentada pela revista *Istoé* também viesse à tona em formato de livro, contada por um dos jornalistas dessa revista, sustentando, igualmente, a sua veracidade. E, na esteira do caso PC, novas versões sobre outros casos complicados, recuperados pelo autor, como o caso Proconsult, Dossiê Cayman, o assassinato de um dos diretores da Dersa, importante estatal de São Paulo etc.



O ruidoso silêncio de uma geração

Sinval Medina*

PINTO, José Nêumanne. *O silêncio do delator*. São Paulo: A Girafa, 2004.

Ao contrário do que possa parecer, a morte do personagem principal na primeira página de um romance não constitui motivo de frustração para o leitor. Na verdade, a entrada na história pela porta dos fundos, desde que guiada com habilidade pelo autor, costuma ampliar e enriquecer o universo diegético. A pergunta que move as narrativas convencionais costuma ser: “o que acontece depois?” Ou seja, a trama procura mostrar os caminhos que conduziram o protagonista à situação limite, ao momento decisivo de sua vida. Alguns autores, como é o caso de José Nêumanne em *O silêncio do delator*, preferem inverter os termos da equação. Em vez de deixar no ar o que poderia ser um grande mistério, entregam-no de barato nas frases iniciais, partindo daí para explorar a complexa malha de relações (sempre incertas e conflitantes) de que se tece a representação ficcional do destino humano. Mais que isso, na melhor tradição machadiana, Nêumanne dá voz ao morto, incumbindo-o de contar a própria história. Ou pelo menos parte dela. Porque, diferentemente de Brás Cubas, o defunto de *O silêncio do delator* não tem poderes absolutos sobre a narrativa. O professor João Miguel, no silêncio do seu ataúde, será apenas uma das vozes soantes na bem afinada polifonia que compõem esse caleidoscópico texto.

Ao longo de quase 550 páginas, valendo-se dos mais variados e surpreendentes ângulos, Nêumanne enfoca o drama (a tragédia?) da geração que irrompe no palco do café-concerto Brasil a partir dos anos 60. Uma época frenética, turbinada por utopias revolucionárias, desvarios da droga, embalos do rock-and-roll, desejos de paz e amor, ressacas da liberação sexual, tudo isso levedado pelo intragável fermento da repressão política. Retratar essa geração é tarefa hercúlea, da qual Nêumanne se desincumbe com galhardia. De fato,

* Jornalista e escritor.

O silêncio do delator é dos primeiros romances brasileiros a enfrentar de peito aberto tal desafio. Não que o tema seja virgem em nossa literatura. Muitos e bons livros foram escritos sobre os loucos anos sessenta e setenta. Mas os autores que antes trilharam tal caminho, de modo geral o fizeram com perspectiva memorialística. Desse viés não escapa nem mesmo o notável *À mão esquerda*, de Fausto Wolff.

Não é o caso de Nêumanne, que prefere a ficção sem peias, ou melhor, o romance em estado puro para dar sustentação ao ousado projeto que realiza com marcada competência. Uma escolha de quem conhece o ofício. De fato, por sua abrangência e plasticidade, o gênero seria o único instrumento literário capaz de dar conta do mar de histórias pessoais (com todas as referências e ressonâncias que elas trazem em seu bojo) que o autor coloca em cena em *O silêncio do delator*.

Nascido do cruzamento da épica clássica com a narrativa popular medieval, o romance se afirma, a partir da segunda metade do século XVIII, como a grande expressão literária da modernidade ocidental. Produto das dramáticas transformações que se seguem à derrocada do *ancien régime*, o gênero será, na expressão de Balzac, "a maneira de contar a história social através dos acontecimentos particulares". É claro que, com o passar do tempo, outras dimensões técnicas, estéticas e temáticas se agregam à narrativa em prosa. Autores como Proust, Joyce e García Márquez (só para citar os mais óbvios) ampliam e elevam o registro romanescos, desbravando novas e infinitas fronteiras, sem contudo aluir as bases de uma expressão cultural que constitui o espelho, ou melhor dizendo, o prisma no qual se refrata a sociedade contemporânea. Posto de outra forma, por mais que certos teóricos se afeitem em negar qualidades artísticas ao caráter documental e muralista que o caracteriza, o romance segue sendo o mais versátil instrumento de observação e reflexão sobre a realidade (e a irrealidade) social nos últimos dois ou três séculos da História do Ocidente. A título de ilustração, valho-me da noção corrente de que nenhum estudo sério sobre a sociedade brasileira no Segundo Império pode prescindir da leitura atenta da obra de Machado de Assis.

É preciso lembrar dessas coisas (que muitos teimam em esquecer) ao mergulhar no texto de José Nêumanne. Para já, trata-se de uma viagem prazerosa. O livro é daqueles que agarra o leitor

pela perna da primeira à última página: tem história, tem intriga, tem fantasia, tem personagens redondos, tem lances surpreendentes – enfim, tem tudo o que se exige da boa ficção. Mas vai além disso. *O silêncio do delator* se enquadra naquela categoria que, lembrando mais uma vez Balzac, costumo chamar de romance de ilusões perdidas. Inventário de uma geração soterrada pelo colapso das vigas mestras do pensamento moderno, ou seja, a crença no progresso, a fé na razão, o fim da utopia igualitária, o romance retraça a trajetória dos sobreviventes do cataclisma.

A patota dos sovações solidários do recruta Pepé, jovens idealistas que, na década de 60 partilham a fé de transformar o mundo, se reencontra no velório do professor João Miguel para, diante do féretro (e com a ativa participação do morto) questionar-se sobre o que fizeram de suas vidas, ou melhor, o que a vida fez com eles. Aí estão, agora transformados em figuras, digamos, importantes: um é ministro de Estado, outro é ídolo da música pop, um terceiro é publicitário de sucesso – todos no topo da pirâmide. Todos crivados de dúvidas, culpas e angústias existenciais.

Cito, a título ilustrativo, apenas alguns personagens da caleidoscópica galeria criada por Nêumanne. Na verdade, são tantos os ângulos oferecidos à análise por *O silêncio do delator* que se torna difícil explorar toda a sua riqueza numa simples resenha informativa. Julgo importante, porém, destacar a competência da construção do livro. Ciente da complexidade do tema que tem nas mãos, Nêumanne faz escolhas técnicas meticulosas, como, por exemplo, valer-se da continuidade de tempo (a duração do velório) e da unidade de espaço (a capela mortuária) como forças centrípetas que impedem o estilhaçamento da narrativa. Presos a esse frágil porém seguro fio condutor, penetramos aos poucos nas múltiplas camadas de uma trama que evolui com intensidade cinematográfica. Diálogos, memórias, reflexões dos personagens permitem que o passado vá se abrindo, de modo claro, mas sempre enigmático diante dos nossos olhos.

Destaco ainda a consciência com que o autor pratica a “poética do romance”, teorizada pelo crítico russo Mikhail Bakhtin.¹ Para uso pessoal, interpreto a noção de Bakhtin da seguinte forma: o poeta lírico, o fazedor de versos, fala de si, dos próprios sentimentos; o romancista fala dos outros, reproduz sentimentos alheios. A

conseqüência disso, no tocante à linguagem, é crucial: o poeta, ao escrever, procura a metáfora, a significação pela imagem, a palavra estética; já o romancista busca a metonímia, a significação pela contigüidade, a palavra adequada. Posto de outra forma, o poeta é o virtuoso, o concertista, o *spalla* da orquestra; já o romancista é o maestro. Sua função é harmonizar sons. Ou dar coerência e ressonância às vozes que emergem da história que ele conta. Nesse sentido, ao optar por uma linguagem que ele próprio define como “de grau zero”, Nêumanne se encontra com a melhor tradição romanesca. Age como o técnico de futebol que sabe tirar o máximo de seus craques. Ou seja, pratica uma escritura sem rebarbas, sem esteticismo, perfeitamente adequada ao ambicioso projeto ficcional a que se propõe.

Finalmente, não poderia passar sem registro a oportunidade na escolha do tema. De fato, *O silêncio do delator*, além de seus méritos literários, é um corajoso exercício crítico sobre a condição brasileira. Houve tempo em que parte da nossa “inteligência” julgava impossível produzir um pensamento filosófico brasileiro porque só se podia filosofar em alemão. Hoje, há quem julgue que temas nossos, especialmente temas políticos, não rendem bons romances. Daí a presença constante, nas primeiras páginas dos cadernos culturais e nos catálogos de certas editoras, de romancistas nacionais refugiados em Budapeste, Berkeley, Belaggio e até na Mongólia. Autores estrangeiros (nada contra eles), escrevendo com paixão sobre seus países e sua cultura, recebem aplausos entusiásticos. Já os escribas tupiniquins que tentam expressar nossa realidade em suas narrativas, costumam enfrentar narizes torcidos, esgares de desprezo e silêncio sepulcral. Será que só se faz literatura de qualidade lá fora? Ou parte da mídia e da academia continua vítima do complexo de vira-lata de que falava Néelson Rodrigues?

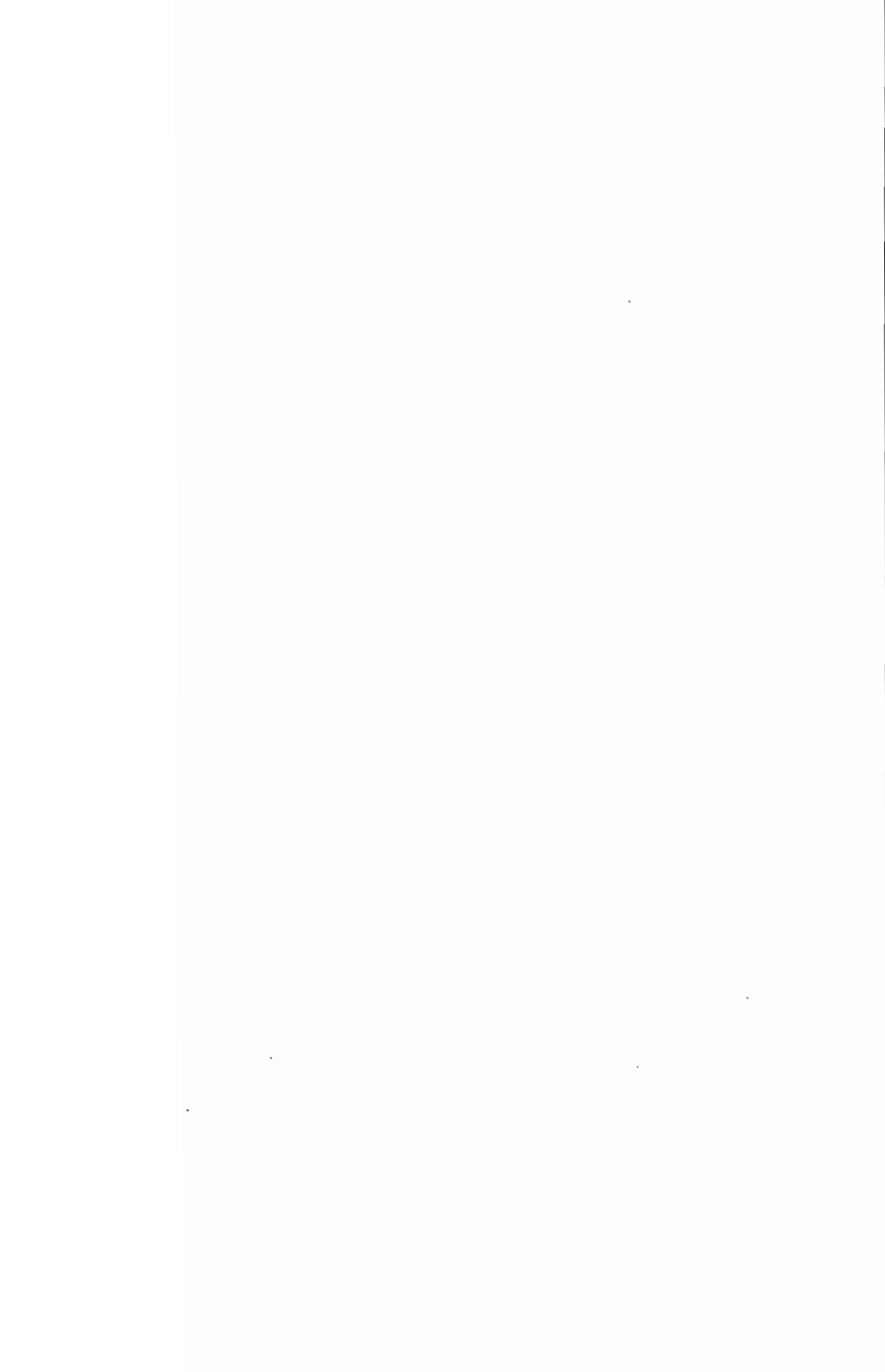
Na direção oposta, me vem à lembrança um precioso texto de Octavio Ianni em que o grande pensador recentemente desaparecido ensina: “A nação, em seus diferentes e múltiplos aspectos, pode ser vista como uma longa narrativa. Uma narrativa a muitas vozes, harmônicas e dissonantes, dialogando e polemizando em diferentes entonações”. Essas vozes representam, segundo Ianni, um esforço para traçar as múltiplas características da formação e transformação da sociedade nacional. E se expressam por meio do ensaio, da

monografia, do conto, do romance, da música, das artes plásticas. Convergentes ou centrífugas, "cada uma e todas traçam e retraçam imagens, estruturas, figuras e figurações do que foi, tem sido, ou poderia ser a sociedade brasileira ao longo da geografia e da história".²

Ainda bem que autores como José Nêumanne e obras como *O silêncio do delator* estão aí para reafirmar que o Brasil sabe narrar-se como nação, e também para mostrar que os naturais da Terra de Pindorama, com todas as suas contradições, impasses, descaminhos e surpresas, continuam sendo tema inesgotável de excelente literatura.

Notas

1. BAKHTIN, Mikhail. *Questões de estética e literatura: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1988.
2. IANNI, Octávio. *Nação e narração*. In: AGUIAR, F. (Org.). *Antônio Cândido: pensamento e militância*. São Paulo: Humanitas, 1999.



Divulgação científica em 96 verbetes

*Maria das Graças Targino**

EPSTEIN, I. *Divulgação científica: 96 verbetes*. Campinas: Pontes, 2003. 287 p.

A cada dia, todo e qualquer profissional, independente de sua formação, defronta-se com um número quase infindável de informações veiculadas em recursos impressos de diferentes naturezas como em redes eletrônicas de informação, sem contar o alcance quase inestimável da mídia em todas as suas variações. A cada dia, o homem questiona-se acerca da veracidade de notícias que apregoam o efeito milagroso de novas dietas, novos medicamentos, novos recursos tecnológicos... A cada dia, a clonagem se integra à realidade do século XXI. A transgenia, por sua vez, entre defensores e opositoristas, ganha espaço nas discussões, acadêmicas ou não. O bioterrorismo é imaginado num cenário tétrico e trágico. A biodiversidade, em sua tripla possibilidade – a do habitat, a genética e a das espécies – provoca debates infindáveis. O mesmo ocorre em relação à biogenética, à teoria do caos e assim por diante...

Assim, entre sustos e incompreensões, o homem “comum” (mas não medíocre, no sentido de que é capaz de intuir a magia presente no mundo da ciência), diante de tantas discussões que cercam estes temas e tantos outros mais, questiona: “*qual o sentido mais profundo desses temas? Como absorver tanta informação?*” E é exatamente em meio a este contexto – temas que emergem e se consolidam guiados pelas mãos dos cientistas x questionamentos que emergem em busca de compreensão e guiados pelas mãos dos “*comuns*” – que o jornalismo científico (JC) solidifica-se na sociedade contemporânea. JC na acepção mais simples de instrumento capaz de decodificar e/ou (re)significar os avanços científicos em linguagem acessível ao grande público.

* Doutora em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília – DF. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

É dentro deste contexto alusivo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia (C&T) mas também à sua disseminação e divulgação, que a publicação *Divulgação Científica: 96 verbetes*, de Isaac Epstein, publicado por Pontes Editores, em 2003, ganha relevância social. Isto porque possui funções prioritárias, como admite o próprio autor: destina-se ao profissional encarregado de comunicar os novos conhecimentos científicos à população; destina-se ao estudante de comunicação social; destina-se a todos os fascinados pelos procedimentos científicos; destina-se à alfabetização científica. Alfabetização científica como elemento essencial ao exercício efetivo da cidadania incorpora três componentes, a saber: (a) fundamentos sobre conceitos e temas centrais da ciência; (b) noções gerais sobre a atividade científica; (c) reconhecimento da função social da C&T (BAUER, 1994). Aliás, ao contrário de possíveis expectativas, segundo pesquisa relatada por Carl Sagan (*apud* EPSTEIN, 2002), os norte-americanos apresentam índices mais elevados de analfabetismo científico do que os brasileiros, os quais segundo esse autor, manifestam maior interesse acerca da C&T. Exemplificando: metade da população americana ignora que a Terra gira em torno do sol; 57% não sabem que o elétron é menor do que o átomo; 63% desconhecem que os antibióticos matam bactérias etc. Na verdade, Isaac Epstein, um jovem cientista, quando se pensa em sua capacidade de buscar novos caminhos, não obstante seu longo caminho trilhado em prol da divulgação e valorização do JC no Brasil, nos dá uma grande contribuição. Os 96 tópicos por ele explorados são apresentados como 96 verbetes expandidos, os quais contemplam temas polêmicos, contemporâneos ou não. Dentre os mais antigos ou recorrentes, estão o Big Bang; a distinção entre ciência básica, ciência aplicada e tecnologia; o binômio ciência e anticiência; revoluções científicas. Itens ora presentes na imprensa nacional e internacional ganham destaque, como: internet, bioterrorismo, transgênicos; inteligência artificial e Projeto Genoma.

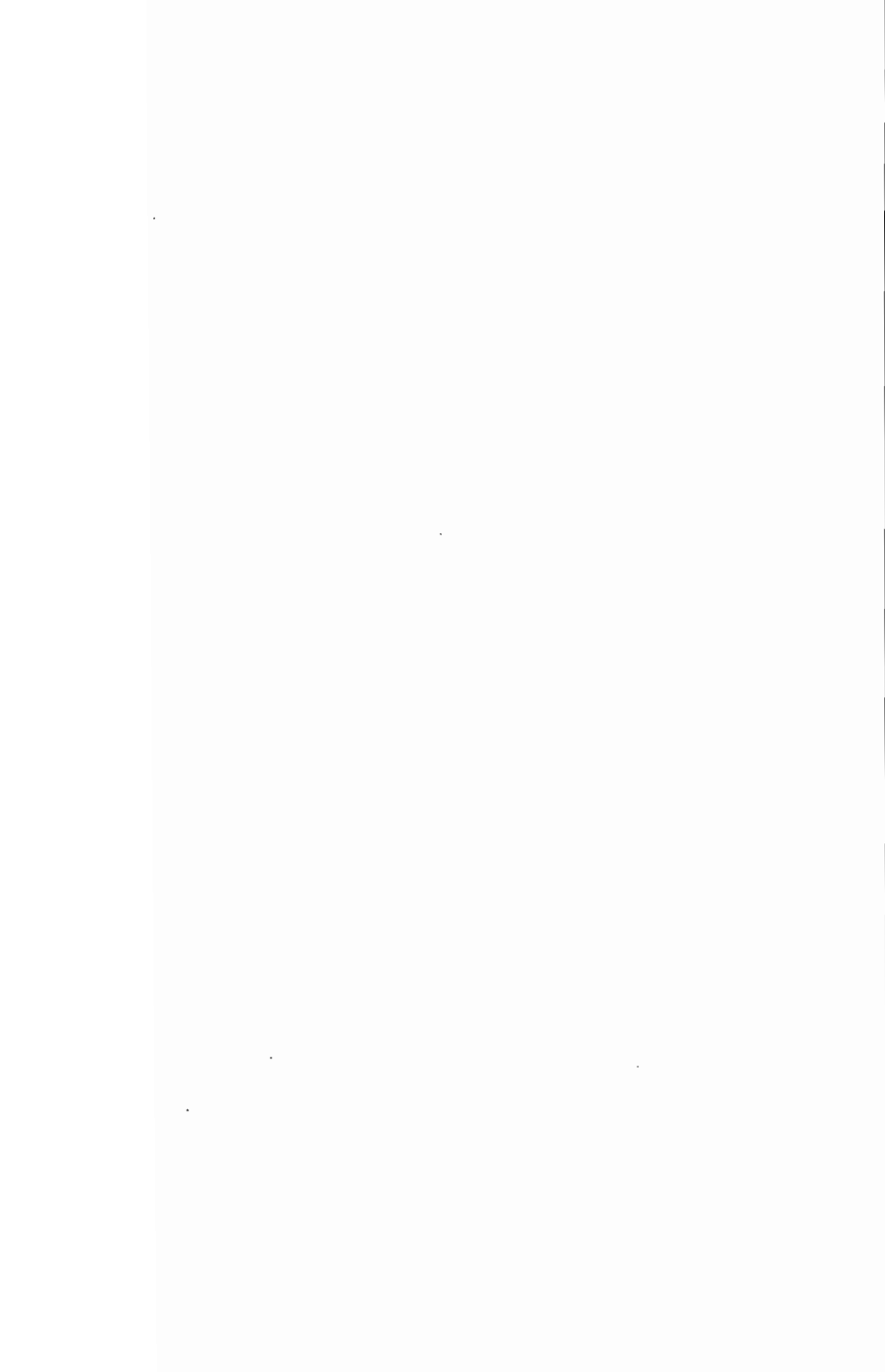
Divulgação Científica: 96 verbetes, além da diversidade temática, merece atenção pela consistência das informações repassadas, que extrapolam a prática dicionarista, caracterizada, grosso modo, por tal concisão, que compromete a consistência ou profundidade dos conteúdos. Por tudo isto, Isaac Epstein alcança um ponto a mais, em seu percurso de grande incentivador da divulgação

científica, como confirmam suas publicações anteriores, com destaque para *Revoluções científicas*, *Cibernética* e *O signo*. Em suma, reiteramos as palavras de Carlos Vogt, quando da apresentação da obra:

[...] constitui uma contribuição indispensável à consolidação e à sistematização da divulgação e do jornalismo científico no Brasil, revelando um esforço metódico, que supõe persistente dedicação ao tema e ativa militância institucional no seu ensinamento, e mostrando a solidez amadurecida de um conhecimento, por parte do autor [...] (p.8).

Referências Bibliográficas

BAUER, H. H. *Scientific literacy and the myth of the scientific method*. Chicago: University Illinois, 1994.



Soja em foco

José Heitor Vasconcellos*

DUARTE, Jorge; CASTRO, Antônio Maria Gomes de. *Comunicação e tecnologia da cadeia produtiva da soja em Mato Grosso*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 275 p.

Nas três últimas décadas, o agronegócio brasileiro saiu do *slogan* da ditadura “*Plante que o João garante!*” para se consolidar como mola propulsora do desenvolvimento econômico. Nesse segmento, como principal estrela, está a soja, leguminosa de origem asiática, que se espalhou pelo Brasil como a “*febre da corrida do ouro*”, abrindo novas fronteiras e oportunidades. Tudo isto, graças, sobretudo, à atuação dos institutos e centros de pesquisa, com ênfase para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), responsável por tecnologias para a adaptação aos trópicos dessa planta, originalmente, de clima temperado.

Nesse período, a comunicação com o meio rural também se transformou radicalmente: a extensão oficial sofreu baixas e surgiram novas formas, canais e veículos para levar informações ao campo. E, na verdade, são esses os três ingredientes – comunicação, tecnologia e agronegócio de soja – que estão reunidos em “*doses generosas*” no livro *Comunicação e tecnologia na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso*, da autoria de Jorge Duarte e Antônio Maria Gomes de Castro.

Além de tratar das transformações da agricultura brasileira, a publicação traz, ainda, excelente revisão de literatura dos modelos de transferência de informação para o agricultor, o que concorre para que o primeiro capítulo seja lido com “*prazer de estudante*”. Mas é na abordagem inédita do fluxo de informação numa cadeia produtiva que o livro encerra novidades para a comunicação rural, principalmente. As ameaças e oportunidades de todos os atores envolvidos na geração, transferência e no uso de informação

* Ph.D. em Comunicação, Universidade de Wisconsin, Estados Unidos da América. Pesquisador da Embrapa Milho e Sorgo: área de Comunicação.

tecnológica, levantadas pela análise, são bastante oportunas e orientam novas políticas, estratégias e pesquisas.

Além do mais, a escolha do estado do Mato Grosso para o estudo também é interessante, pois, há 30 anos, o plantio da soja nem era sequer recomendado para o Estado. Apesar de todas as deficiências estruturais, o Mato Grosso é, hoje, referência mundial em produtividade em soja, de tal forma que constitui bom exemplo para que os demais estados descubram a sua vocação. E questiona-se: pode-se este modelo de análise ser aplicado a cadeias produtivas menos organizadas, como o é a cadeia da soja? Talvez! Com a publicação em análise, o caminho para novos estudos está, agora, aberto.